

A EXPANSÃO DA UTILIZAÇÃO DE FITOTERÁPICOS NO BRASIL

Maiara Maziero ¹

Marianne Pinheiro Teixeira ²

Resumo:

O Brasil tem uma rica história de uso das plantas medicinais no tratamento dos problemas de saúde da população, uso este construído com base na experiência e transmitido de forma oral. Este trabalho objetivou evidenciar o crescimento da utilização de fitoterápicos no país. Constitui-se de uma revisão da literatura, que assume um caráter analítico com nuances descritivas, e visa analisar aspectos do aumento do consumo de fitoterápicos no Brasil. O crescimento do uso de fitomedicamentos é uma tendência, consequente da implementação de políticas públicas de incentivo ao uso dos fitoterápicos e plantas medicinais, o alto valor dos medicamentos alopáticos e a busca por terapias naturais. Dessa forma, o Brasil, que possui uma rica diversidade vegetal e um amplo potencial para produção e consumo de fitoterápicos, está expandindo o uso de fitoterápicos e apesar dessa expansão efetiva o país ainda necessita dissuadir alguns desafios e práticas para que a expansão da utilização de fitoterápicos se mantenha.

Palavras-chave: Uso de fitoterápicos; Fitoterapia no Brasil; Plantas medicinais.

Modalidade de Participação: Pesquisador

A EXPANSÃO DA UTILIZAÇÃO DE FITOTERÁPICOS NO BRASIL

¹ Aluno de pós-graduação. maiaramazziero@gmail.com. Autor principal

² Outro. mariannepinheiro@gmail.com. Co-autor



A EXPANSÃO DA UTILIZAÇÃO DE FITOTERÁPICOS NO BRASIL

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma rica história de uso das plantas medicinais no tratamento dos problemas de saúde da população, uso este construído com base na experiência e transmitido de forma oral (BRUNING et al., 2012). No início da década de 90, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou que 60-85% da população dos países em desenvolvimento dependiam das plantas medicinais como única forma de acesso aos cuidados da saúde (BARRETO JUNIOR et al., 2005). No Brasil, cerca de 82% da população, atualmente, ainda utiliza produtos à base de plantas medicinais nos seus cuidados com a saúde, seja pelo conhecimento tradicional na medicina tradicional indígena, quilombola, entre outros povos e comunidades tradicionais (DE SIMONI, 2008), seja pelo uso advindo da medicina popular, de transmissão oral entre gerações, ou nos sistemas oficiais de saúde, como prática de cunho científico, orientada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (PESTANA, 2014).

Dados atualizados da OMS reconhecem que cerca de 80% da população mundial depende da medicina tradicional para suas necessidades básicas de saúde e quase 85% da medicina tradicional envolve o uso de plantas medicinais, seus extratos vegetais e seus princípios ativos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011). Nesse sentido, o cenário econômico de acordo com Ethur et al. (2011) indica que o aumento no interesse por plantas medicinais, acarretou também a abertura de mercados nacionais e mundiais. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo evidenciar a expansão da utilização de fitoterápicos no Brasil.

2. METODOLOGIA

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura, que assume um caráter analítico com nuances descritivas, e visa analisar aspectos do aumento do consumo de fitoterápicos no Brasil. Para a sua realização, foi feito inicialmente um levantamento de dados sobre a utilização de fitoterápicos no Brasil e a política de Fitoterapia no SUS, nas bases documentais do Ministério da Saúde, também em livros e artigos disponíveis em bases eletrônicas, como: Scielo, Google Acadêmico e Pubmed. Para a busca dos artigos nas bases eletrônicas, foram utilizados descritores como Mercado de Fitoterápicos; Fitoterapia no Brasil; Fitoterapia no SUS. Foram selecionados os artigos que abordavam características do desenvolvimento da Fitoterapia no mercado brasileiro e a legislação que a institui como prática no SUS, também buscou-se por informações sobre as causas que dificultam seus avanços.

A análise priorizou destacar a perspectiva de crescimento do uso de fitoterápicos pela sociedade brasileira e questões que dificultam o processo de expansão do mercado.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

O conhecimento das plantas, e também seu uso como medicamento têm acompanhado o homem ao longo dos anos. No entanto, a Fitoterapia entrou em

declínio com a intensificação do uso dos medicamentos industrializados (BRUNING et al., 2012), interesses mercantilistas, cada vez mais presentes no setor saúde, tiveram importante papel na desvalorização do uso de Fitoterápicos (FIGUEREDO, 2011). Além disso, no século XX, houve, em diversos países, intenso trabalho de desqualificação do saber popular sobre as plantas medicinais (CARLINI, 1983). Com crescente desenvolvimento da química, novas substâncias foram isoladas em laboratório e delas novos produtos de síntese surgiram, levando à paulatina substituição do uso das plantas pelo uso dos medicamentos sintetizados em laboratório, o que ocorreu de forma intensa na segunda metade do século XX (YUNES; CECHINEL FILHO, 2001), quando se consolidou a indústria farmacêutica.

Em termos globais do total de US\$ 320 bilhões em vendas anuais de produtos farmacêuticos o mercado de fitoterápicos movimenta cerca de US\$ 20 bilhões todos os anos e está em ascensão (VALÉCIO, 2016). Pois, há um crescente interesse mundial pela utilização de práticas alternativas dentre as quais se inclui a fitoterapia, e tal interesse é devido a vários fatores, tais como: elevado custo da assistência médica privada, elevado custo dos medicamentos alopáticos e precariedade da assistência prestada pelos serviços públicos de saúde (TROVO et al., 2003).

De maneira geral, o crescimento dos fitoterápicos no Brasil acompanhou o crescimento da indústria farmacêutica. Em 2011 o mercado de fitoterápicos movimentou cerca de R\$ 1,1 bilhão no Brasil, quando foram comercializados 43 milhões de unidades desse tipo de medicamento, representando um aumento de 13% em relação ao ano anterior. A receita total do setor farmacêutico no país foi de R\$ 43 bilhões em 2011 (MARQUES, 2012; ALVES, 2013). Entre 2013 e 2015, a busca por tratamentos à base de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos pelo SUS mais que dobrou: o crescimento foi de 161%, segundo dados do Ministério da Saúde. Em 2013, cerca de 6 mil pessoas procuraram alguma farmácia de atenção básica para receber os insumos, já em 2016 essa procura passou para quase 16 mil. Aproximadamente 3.250 estabelecimentos de 930 municípios brasileiros oferecem os produtos.

Em 2006, o governo adotou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (BRASIL, 2006a), visando, entre outros, ao estímulo à adoção da fitoterapia nos programas de Saúde Pública. No mesmo ano foi instituída a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (BRASIL, 2006b). Uma das diretrizes da PNPMF e da PNPIC é o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de plantas medicinais e de fitoterápicos, priorizando a biodiversidade do país (BRASIL, 2006a; BRASIL, 2006b).

O Brasil detém uma grande parcela de biodiversidade, possui cerca de 55.000 espécies vegetais catalogadas, representando a maior diversidade genética vegetal do mundo. Apesar disso, apenas 8% foram estudadas para pesquisas de compostos bioativos e 1.100 espécies foram avaliadas em suas propriedades medicinais (BRASIL, 2006a). Com uma biodiversidade genética espantosa, apenas em plantas superiores, segundo Valois (1998) o Brasil conta com cerca de 60 mil espécies, o que corresponde a quase 22% do total aproximado de 250 mil existentes em todo o planeta, sendo mais de 7% delas específicas de uma mesma região. É um caminho natural para o país, investimentos em pesquisas e no desenvolvimento de produtos a partir desse rico patrimônio.

Além de possuir amplo potencial para produção, o país possui também um grande potencial para consumo de fitoterápicos, visto que o setor farmacêutico faturou cerca de 66 bilhões de reais entre abril de 2015 e março de 2016, um crescimento de 10% comparado com o mesmo período um ano antes.

Apesar de ter à disposição a maior diversidade biológica do planeta, mais de 80% dos medicamentos vendidos no Brasil são de origem importada, a maioria dos extratos vegetais que originam os fitoterápicos brasileiros é proveniente principalmente da Europa e da Ásia. Isso ocorre devido à dificuldade de pesquisar novas substâncias oriundas da flora brasileira. Segundo Dantas de Brito et al. (2015) sob o ponto de vista dos especialistas do setor, percebeu-se que a atual legislação para o registro de medicamentos fitoterápicos originou obstáculos para o setor, devido às exigências para tal atividade. Um deles está nos altos custos com pesquisas que passam por etapas que vão da bioprospecção até a fase dos testes pré-clínicos e clínicos. Por esse motivo, as indústrias brasileiras perderam o interesse na produção deste tipo de medicamento, especialmente, as indústrias de pequeno porte.

Regulado pelo Ministério do Meio Ambiente, o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados é regulado por um conjunto legal em vigor que trata dos usos da biodiversidade brasileira. Logo pesquisas esbarram em fatores, como a repartição de benefícios com comunidades tradicionais. Outro impasse é a biopirataria que leva plantas medicinais nacionais para fora do país (HATHAWAY, 2004) e conseqüentemente estimula o desenvolvimento de patentes no exterior.

O advento da tecnologia da informação (internet), verificado a partir da década de 90, vem contribuindo para a ampla difusão da fitoterapia colaborando para a promoção do uso e gerando novas demandas por plantas medicinais exóticas e desconhecidas até então pelas comunidades tradicionais brasileiras (SÁ, 2016). No entanto, uma faixa considerável da população brasileira, ainda não tem conhecimento dos benefícios dos medicamentos fitoterápicos. Outro fator importante é que as prescrições médicas desses compostos ainda são inferiores às dos países desenvolvidos. De acordo com os especialistas da área da saúde, existem vários obstáculos que prejudicam o desenvolvimento da cadeia produtiva de medicamentos fitoterápicos. Entre os principais apontados estão: a falta de informação para prescritores, o uso de plantas exóticas e os altos custos com pesquisas (DANTAS DE BRITO et al., 2015.)

No cenário brasileiro instituições governamentais e não governamentais, de ensino, pesquisa e assistência médica, vêm desenvolvendo estudos sobre as plantas e promovem eventos técnico-científicos para divulgar a fitoterapia. Alicerçados na PNPMF que visa ampliar o acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, voltada para a segurança, eficácia, qualidade e integralidade da atenção à saúde dos brasileiros, além do desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional (BRASIL 2006b; MACHADO, et al., 2012; IBIAPINA, 2014). Esta política representa o reconhecimento do avanço na comprovação científica da eficácia e da segurança das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos (FIGUEIREDO et al.2011), juntamente com o saber popular neste campo, e também constata que a prática da terapêutica centrada no uso de medicamentos sintéticos não cumpriu a promessa implícita e explícita de dar conta do tratamento das doenças, pelos altos custos, pelos significativos efeitos adversos que têm os medicamentos sintéticos, pelos resultados nem sempre satisfatórios, o que tem levado grande número de pessoas a buscar formas alternativas de tratamento menos agressivas (BRUNING et al., 2012).

O desconhecimento ou o conhecimento deturpado a respeito do uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos ocorre não apenas entre profissionais de saúde e os gestores, mas também em parcelas dos usuários (FIGUEIREDO, 2011). De acordo com Santos et al. (2011) para que a inclusão ocorra é essencial que os profissionais da área de saúde conheçam as atividades farmacológicas e a toxicidade das plantas medicinais de cada bioma brasileiro, de acordo com os costumes, tradições e condição sócio-econômica da população.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que há uma tendência de crescimento efetivo no uso de medicamentos fitoterápicos no Brasil, conseqüente da implementação de políticas estimuladoras no setor público, preços elevados de medicamentos alopáticos e do retorno a busca por terapias mais naturais. O Brasil tem grande potencial para produção de medicamentos fitoterápicos e um amplo mercado para consumo. Observa-se também a necessidade de dissuadir algumas práticas, para que a expansão da utilização de fitoterápicos se mantenha.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, L. F. Produção de Fitoterápicos no Brasil: História, Problemas e Perspectivas. Rev. Virtual Quim., v.5, n. 3, p. 450-513, 2013.
- BARRETO JUNIOR, A. G. et al. Cromatografia de troca-iônica aplicada ao isolamento da fração ácida do óleo de copaíba (*Copaifera multijuga*) e da sacaca (*Croton cajucara*). Quím. Nova, v.28, n.4, p. 719-722, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Diário Oficial da União, Brasília, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Diário Oficial da União, Brasília, 2006b.
- BRUNING, M.C.R.; MOSEGUI, G.B.G.; VIANA, C.M.M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu-Paraná: a visão dos profissionais de saúde. Ciência e Saúde coletiva, v. 17, n. 10, p. 2.675-2.685, 2012.
- CARLINI, E. A. Pesquisas com plantas medicinais usadas em medicina popular. Rev. Ass. Med. Bras., v. 29, p. 109-110, 1983.
- DANTAS DE BRITO, S. C.; RODRIGUES, W. Avaliação do marco regulatório na produção de medicamentos fitoterápicos no Brasil. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 19, n. 2, p. 531-538, 2015.
- DE SIMONI, C.; BENEVIDES, I.; BARROS, N. F. As práticas Integrativas e Complementares no SUS: realidade e desafios após dois anos de publicação da PNPIC. Revista Brasileira Saúde da Família, p. 70- 76, 2008.
- ETHUR, L. Z et al. Comércio formal e perfil de consumidores de plantas medicinais e fitoterápicos no município de Itaqui - RS. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Botucatu, v. 13, n. 2, p. 121-128, 2011.
- FIGUEIREDO, C.A.; GURGEL, I.D.G.; GURGEL JUNIOR, G.D. A implantação da Fitoterapia no SUS: uma avaliação à luz do arcabouço normativo. In: OLIVEIRA,

M.H.B. et al. (Orgs.). Direito e saúde: cidadania e ética na construção de sujeitos sanitários. Maceió, 2011.

FIGUEREDO, C. A.; GURGEL, I. D. G.; GURGEL JUNIOR, G. D. A implantação da Fitoterapia no SUS: uma avaliação à luz do arcabouço normativo. In: OLIVEIRA, M. H. B. et al. (Orgs.). Direito e saúde : cidadania e ética na construção de sujeitos sanitários. Maceió, 2011.

HATHAWAY, David. A biopirataria no Brasil. Sob o signo da Bios: vozes críticas da sociedade civil, v. 1. p. 39-48, 2004.

IBIAPINA, W. V. et. al. Inserção da fitoterapia na atenção primária aos usuários do sus. Rev. Ciênc. Saúde Nova Esperança, v. 2, n.1, p. 58-68, 2014.

MACHADO, D. C, CZERMAINSKI, S. B. C, LOPES, E. C. Percepções de coordenadores de unidades de saúde sobre a fitoterapia e outras práticas integrativas e complementares. Saúde debate, v. 36, p. 615-623, 2012.

MARQUES, L. C. In: Farmacognosia, Araçari, N.; Furtado, J. C.; Ambrósio, S. R. eds.; Atheneu, São Paulo, 2012.

PESTANA, C. L. da S.; FERRÃ, G. V.; PENA; P. T. Conhecer/fazer de Agentes Comunitários de Saúde, Dentistas, Enfermeiros e Médicos de Unidade Básica de Saúde da Família. Programa nacional de plantas medicinais e fitoterapia. Unifeso, Teresópolis, 2014.

SÁ, K. M.; LIMA, A. S. A repercussão da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos na formação superior em saúde no estado do ceará entre 2006 e 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

SIMÕES, C. M. O.; SCHENKEL, E. P. A Pesquisa e a produção brasileira de medicamentos a partir de plantas medicinais: a necessária interação da indústria com a academia. Revista Brasileira de Farmacognosia, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 35-40, 2002.

TROVO, M. M.; SILVA, M. J. P.; LEÃO, E. R. Terapias alternativas/ complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. Rev Latino- Am Enfermagem, v. 11, n. 4, p. 483, 2003.

VALÉCIO, M. Fitoterápicos ganham espaço. Guia da Farmácia [internet]. São Paulo, 2016. [acesso em 17 ago 2017]. Disponível em: <http://guiadafarmacia.com.br/suplementos-especiais/fito/fito-2016/10793-fitoterapicos-ganham-espaco>.

VALOIS, A. C. C. Biodiversidade, biotecnologia e propriedade intelectual. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.15, n. especial, p. 21-31, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The world medicines situation 2011. Traditional medicines: global situation, issues and challenges [internet]. Geneva, 2011 [acesso em 11 ago 2017]. Disponível em: http://www.who.int/medicines/areas/policy/world_medicines_situation/en/

YUNES, R. A.; CECHINEL FILHO, V. In: YUNES, R.A.; CALIXTO, J.B. (Org.). Plantas Medicinais sob a Ótica da Química Medicinal Moderna. Argos, Chapecó, 2001.